

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

São Paulo negocia R\$ 62,5 bi da dívida ativa com contribuintes 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária brasileira: uma visão internacional (Artigo) 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Justiça manda governo dos EUA devolver taxas 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pressão da guerra sobre petróleo pode ajudar resultado fiscal 8

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras reverte prejuízo e lucra R\$ 15,5 bi 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

China fixa, para 2026, a menor meta do PIB desde 1991 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Economistas monitoram preços de combustíveis e câmbio 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Desemprego "dribla" sazonalidade e cresce pouco no trimestre, diz IBGE 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Guerra pode se transformar em tema eleitoral 17

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Taxa de desemprego sobe para 5,4% em janeiro, mas renda média é recorde 19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa cai mais de 2% com forte aversão a risco 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Prejuízos somam R\$ 473,2 bi 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Banqueiro virá para Brasília 23

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Operação com alvo em AL investiga venda de dados de ministros do STF 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

"Estratégia de guerra" no DF 26

Sexta-Feira, 6 de Março de 2026

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Viana desconfia de "queima de arquivo"27

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dino suspende quebra de sigilo da CPMI28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Mercado de trabalho aquecido - CELSO MING29

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Relação de banqueiro com Ciro e Rueda reforça elos políticos e gera apreensão no Congresso
.....30

São Paulo negocia R\$ 62,5 bi da dívida ativa com contribuintes

Marcela Villar

A Procuradoria Geral do Estado de São Paulo (PGE) negociou R\$ 62,5 bilhões da dívida ativa por meio do Acordo Paulista, dos quais R\$ 5 bilhões já entraram nos cofres públicos. Os acordos foram firmados após a abertura de quatro editais, o mais recente finalizado em fevereiro com recorde de adesões: foram 62,6 mil transações tributárias assinadas - mais de 66% do volume total obtido nas quatro etapas.

Na quarta fase, R\$ 12 bilhões de créditos foram negociados, pouco abaixo da meta, de R\$ 15 bilhões. O volume trará um incremento efetivo de R\$ 8,6 bilhões aos cofres públicos nos próximos 10 anos. Antes do fechamento desse edital, a dívida ativa do Estado estava em R\$ 460 bilhões.

O Acordo Paulista foi criado pela Lei nº 17.843, de 2023, para permitir que empresas e pessoas físicas negociem débitos inscritos em dívida ativa, tributários ou não, com descontos e de forma parcelada. O quarto edital foi o mais abrangente de todos já feitos. Ele permitiu a negociação de quase toda a base - créditos de IPVA, que teve a maior quantidade de adesões; ICMS, maior volume financeiro; além de dívidas de ITCMD e de multas do Procon. Dos 62,6 mil contribuintes que aderiram, 50 mil eram pessoas físicas e 12,6 mil foram empresas.

Em volume financeiro, no primeiro edital, que tratou apenas de débitos de uma tese específica de ICMS, sobre juros de mora, foram R\$ 43 bilhões negociados. No segundo, R\$ 53 milhões, referentes a dívidas de pequeno valor de IPVA e taxas judiciais. E o terceiro foi específico para empresas em recuperação judicial. Recebeu 747 adesões e negociou um total de R\$ 7 bilhões.

Segundo a PGE-SP, o recorde no quarto edital se deve a uma reclassificação do grau de recuperabilidade da dívida ativa, após sugestões dos contribuintes. "Percebemos que nossos critérios estavam um tanto quanto rígidos. Fizemos uma grande lição de casa para que créditos de difícil recuperação e irrecuperáveis tivessem uma maior massa de contribuintes", afirma o subprocurador geral do contencioso tributário-fiscal da PGE, Danilo Barth.

Antes, segundo ele, os critérios eram considerados de

forma conjunta para classificar o quão recuperável era a dívida - se estava suspensa ou parcelada, o histórico de pagamento do contribuinte e a idade do passivo. Agora, eles são analisados de forma separada e a principal mudança foi no último parâmetro. A idade da dívida passou a ser contada a partir do dia em que ela foi constituída definitivamente e não a data da inscrição na dívida ativa. "A ideia foi trazer o marco temporal um pouco para trás para não gerar distorções", diz.

Na avaliação da procurador-geral do Estado, Inês Coimbra, o resultado do quarto edital foi positivo e o programa tem sido construído à base de diálogo com a iniciativa privada. É fruto, acrescenta ela, de uma mudança de cultura na PGE-SP, mais alinhada com os princípios de conformidade e cooperação da **reforma tributária**. "A transação não é uma imposição, é um acordo, que só existe se tiver uma disposição mútua. Se a PGE-SP não tiver constantemente aberta, a gente não consegue construir algo atrativo para os contribuintes", diz a procuradora-geral.

Para Inês, através dos acordos, todos saem ganhando. "Traz ganhos para a arrecadação e ajuda as empresas a se organizarem, porque com a transação a gente sabe quanto vai recuperar e a empresa sabe quanto vai pagar, então ela pode se reorganizar. É uma porta de saída para quem está em dificuldade". Inês adiciona que a maioria dos devedores passa por crise momentânea. "Para devedores contumazes e mais difíceis, o tratamento é outro", completa.

A classificação nacional do devedor contumaz foi criada pela recente Lei Complementar nº 225/2026. São Paulo, assim como outros Estados e municípios, tem um ano para regulamentar o tema. Mas o governo paulista já tem sua própria categoria, de inadimplentes sistemáticos - aqueles que, num período de cinco anos, têm mais de 30 débitos inscritos em dívida ativa.

Segundo o subprocurador Danilo Barth, a legislação paulista permite que esses devedores façam transações tributárias - o que é proibido pela nova lei federal. Eles só não têm direito aos descontos, mas podem parcelar a dívida, fazer compensação, usar precatórios e créditos acumulados

de ICMS, como os demais.

Barth também ressalta que a maior adesão no quarto edital também decorre de outras iniciativas adotadas pela PGE-SP, como a criação de núcleos especializados para a cobrança da dívida e uso de tecnologia. Uma preocupação, porém, é o número de descumprimento das transações. De acordo com o órgão, foram quase 7 mil acordos rompidos nos outros editais, de um total de 94 mil - isto é, 7,31%.

Para evitar o rompimento, a procuradoria tem permitido que o contribuinte adimplente migre para um novo edital em aberto para obter condições mais vantajosas - mas se descumprir o acordo, é preciso cumprir um "pedágio" de dois anos. Outra possibilidade é usar créditos acumulados de ICMS constituídos após a adesão ao edital, uma sugestão apresentada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O diretor jurídico da Fiesp e sócio do escritório Hondatar Advogados, Helcio Honda, entende que o programa é um sucesso. "Apoiamos os meios alternativos, tanto a nível estadual quanto federal", diz ele, citando as transações tributárias firmadas pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ele lembra que várias das sugestões dadas pela entidade à PGE-SP foram acatadas, como uso de créditos acumulados de ICMS. "Antes só era possível usar créditos acumulados já deferidos antes da adesão, mas as transações por adesão são contratos e parcelamentos de 10 anos. No terceiro ano, pode ser que os créditos sejam deferidos pela Fazenda e agora ele podem ser usados."

Mas ainda há, de acordo com Honda, entraves na classificação do grau de recuperabilidade da dívida. "As condições que a PGESP entende como irrecuperáveis deveriam ser revistas e haver mais flexibilidade, porque o contribuinte pode ser bom pagador, mas estar passando por uma situação anormal, como essa guerra agora, que pode criar algum distúrbio e falta de pagamento".

Os descontos no quarto edital do Acordo Paulista foram de até 75% sobre os juros e multa para créditos irrecuperáveis. Os créditos de difícil recuperação puderam ter 60% de abatimento, além de dispensa de garantia. Para os recuperáveis, não há desconto e a dispensa de garantia só vale para quem parcelar em até 84 vezes.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Reforma tributária brasileira: uma visão internacional (Artigo)

Leticia Marques Netto e Júlio de Oliveira Leticia Marques Netto e Júlio de Oliveira são advogados tributaristas e sócios do Machado Associados

Nunca houve dúvidas quanto à urgência de mudanças em nosso sistema tributário, um dos mais complexos, custosos, litigiosos e burocráticos do mundo, e quanta esperança se deposita nessa nova realidade que, ao menos no papel, promete trazer mais eficiência, simplicidade e não cumulatividade plena.

Como resultado, viabilizar o diálogo mais simétrico com os blocos internacionais com os quais o Brasil tem relevante relacionamento no comércio exterior.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), em dezembro último, no estudo denominado Brazil's VAT Reform: Ensuring Revenue Neutrality, destacou a mudança profunda na tributação do consumo no Brasil, com a redução de quatro categorias de **impostos** cobrados pelas três esferas tributantes (federal, estadual e municípios), eliminando a legislação altamente esparsa, com a regulação única do IVA dual (composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços - IBS e pela Contribuição sobre

Bens e Serviços - CBS).

De acordo com referido estudo, a introdução do IVA com uma base de incidência harmonizada nos três níveis tributantes e com nova alíquota de referência estimada de 28%, gerará uma carga fiscal cerca de 6% inferior à tributação média combinada do sistema atual.

O split payment foi destacado pelo FMI como elemento inovador e facilitador da implementação da não cumulatividade, se comparado a outros países que instituíram esse método com sucesso (Polônia, República Tcheca, Coreia, Peru e Argentina), porém, apenas para operações envolvendo bens e serviços em setores mais sensíveis à evasão fiscal.

Quanto ao Simples Nacional, o FMI chamou atenção para a possibilidade de escolha do recolhimento do IVA por "fora do regime" (gerando créditos para a cadeia) ou com a manutenção do recolhimento "dentro" do Simples.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE), por sua vez, comparou a reforma com os exemplos mais recentes de implementação do IVA no Canadá (1991) e na Índia (2017) - The Reform of Brazil's Consumption Tax System.

No estudo, a OCDE informa que o crescimento da produtividade no Brasil caiu ou estagnou nos últimos tempos e que "as razões prováveis ??por detrás deste fraco desempenho da produtividade incluem desafios políticos estruturais de longa data, um dos quais é um sistema de **impostos** sobre o consumo altamente complexo, fragmentado e distorcido".

O estudo aponta os principais desafios para a implementação da reforma no Brasil que podem ser assim resumidos: fundamental que haja consenso político, harmonização e cooperação em todos os aspectos da implementação, arrecadação e administração do IVA, algo complexo em razão das disparidades do país; deslocamento do local da tributação para o local de destino das operações, o que exigirá mudança estrutural do modelo de negócios antes centrado na tributação no local do produtor/prestador de serviço; impacto do IVA para os Estados e municípios pode ser significativo, sendo necessárias soluções robustas de arrecadação e distribuição do IVA de forma justa, eficiente e transparente, com mecanismos de compensação de perda de arrecadação.

Com relação ao litígio fiscal, destacou-se a necessidade de consistência nas orientações administrativas e fiscalizatórias, bem como o refinamento das regras do contencioso administrativo e judicial no contexto da **reforma tributária** do consumo.

A U.S. Chamber of Commerce, também acompanhando o tema da reforma, embora entendendo como positiva, durante o encontro Brazil-U.S. Business Council (U.S. Chamber of Commerce) com o ministro da Fazenda brasileiro em 2024, manifestou preocupação com o fato de que, para a maioria dos setores da economia brasileira, ela trará redução da carga tributária em função da não cumulatividade plena, mas que alguns setores poderão ser impactados de forma negativa.

Essa preocupação faz sentido quando se toma como exemplo o setor de prestação de serviços, pois a folha

de pagamento não gera créditos; pode haver dificuldade de reavaliação do preço dos contratos de longo prazo sem perda de competitividade; impacto de fluxo de caixa em razão do split payment; necessidade de gestão de créditos etc.

O FMI é mais otimista nesse ponto, pois apesar de reconhecer que parte do setor de prestação de serviços terá majoração da carga tributária, considerando a alíquota de referência de 28%, a maior parte dos serviços profissionais seria prestada B2B, gerando crédito na cadeia e o resultado, ao final, possivelmente refletirá uma carga tributária menor.

A OCDE recomenda a avaliação dos efeitos das alíquotas reduzidas e regimes específicos para alguns setores da prestação de serviços, pois os regimes preferenciais tendem a aumentar custos administrativos e de conformidade e pode introduzir distorções econômicas, prejudicando a eficiência e neutralidade do novo sistema tributário.

Com o início, agora, da fase de testes, já se observam algumas inconsistências e dificuldades operacionais, o que é bastante natural em um cenário de relevantes mudanças, o que, certamente, será acomodado ao longo do tempo.

Não obstante os inegáveis desafios que uma **reforma tributária** dessa magnitude traz em sua implementação, espera-se que o novo modelo de tributação possa viabilizar maior investimento estrangeiro, colocando o Brasil em situação mais favorável no cenário comercial internacional e amenize as disparidades e assimetrias com a economia mundial, propiciando a tributação do consumo mais justa e transparente.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Justiça manda governo dos EUA devolver taxas

O Tribunal de Comércio Internacional dos Estados Unidos determinou na quarta-feira que o governo comece a processar reembolsos bilionários a importadores que pagaram tarifas globais impostas pelo presidente Donald Trump consideradas ilegais pela Suprema Corte no mês passado. As informações foram divulgadas pela agência de notícias Reuters.

O juiz Richard Eaton, de Manhattan, ordenou que a Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP) finalize o cálculo do custo de entrada de milhões de remessas sem a cobrança das tarifas, garantindo que os importadores recebam reembolsos acrescidos de juros.

Nos Estados Unidos, os importadores pagam inicialmente um valor estimado na entrada das mercadorias, que é consolidado cerca de 314 dias depois em um processo chamado liquidação. Eaton orientou a CBP a processar esses cálculos sem aplicar as tarifas, garantindo o ressarcimento. "A alfândega sabe como fazer isso.

Eles fazem isso todos os dias", disse o juiz durante uma audiência, destacando que a agência consegue programar seus sistemas para emitir os reembolsos.

O juiz também marcou uma nova audiência para hoje para receber atualizações sobre os planos da CBP. Segundo sua decisão, ele será o único juiz responsável por analisar os pedidos de reembolso dessas tarifas.

A CBP afirmou em documentos judiciais que a tarefa de revisar os custos de entrada sem a cobrança das tarifas é de escala "sem precedentes" e pode exigir a revisão manual de mais de 70 milhões de declarações de importação. A agência estimou que precisaria de até quatro meses para avaliar suas opções de reembolso.

Os pagamentos ilegais de tarifas, arrecadados durante a política comercial da administração Trump, somam mais de US\$ 130 bilhões. A Suprema Corte não definiu diretrizes sobre como os reembolsos deveriam ser feitos, deixando dúvidas sobre o processo para os importadores.

A decisão de Eaton surgiu em um processo movido pela Atmus Filtration, que afirmou ter pago cerca de

US\$ 11 milhões em tarifas ilegais. O caso da Atmus é um dos cerca de 2 mil processos apresentados ao tribunal comercial buscando reembolsos sob a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA).

Eaton afirmou que pretende evitar a análise caso a caso.

"Queremos encontrar um método pelo qual esses importadores possam reivindicar o reembolso dos **impostos** aplicados ilegalmente", disse o juiz.

NOVO PROCESSO. Um dia após a decisão do Tribunal de Comércio Internacional dos Estados Unidos, 20 Estados contestaram na Justiça ontem as novas tarifas globais determinadas por Trump imediatamente após a Suprema Corte impor uma derrota ao tarifaço imposto no ano passado.

Procuradores-gerais e governadores democratas que entraram com o processo argumentam que Trump está extrapolando seus poderes com as tarifas planejadas de 15% sobre grande parte do mundo.

Trump afirmou que as tarifas são essenciais para reduzir o déficit comercial de longa data dos Estados Unidos. Ele impôs tarifas com base na Seção 122 da Lei de Comércio de 1974, depois que a Suprema Corte derrubou as tarifas que ele havia imposto no ano anterior, sob uma lei de poderes de emergência.

A Seção 122, que nunca foi invocada, permite ao presidente impor tarifas de até 15%. Elas são limitadas a cinco meses, a menos que sejam prorrogadas pelo Congresso. O processo é liderado pelos procuradores-gerais do Oregon, Arizona, Califórnia e Nova York. "O foco agora deve ser o reembolso às pessoas, não o reforço das tarifas ilegais", disse o procurador-geral do Oregon, Dan Rayfield.

O novo processo argumenta que Trump não pode recorrer à Seção 122 porque ela foi concebida para ser usada apenas em circunstâncias específicas e limitadas - não para **impostos** de importação. I NYT, AP E AFP

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Pressão da guerra sobre petróleo pode ajudar resultado fiscal

Marta Watanabe De São Paulo

Se houver estabilização em nível mais alto, as cotações do petróleo podem ajudar a melhorar o resultado primário da União em 2026. Cálculos de bancos consideram uma redução de 0,2 a 0,3 ponto percentual do **PIB** no déficit primário do governo federal ante o cenário traçado originalmente para este ano. As contas consideram eventual permanência da cotação média do barril de petróleo a US\$ 80 e câmbio com dólar entre R\$ 5,20 e R\$ 5,30. Cenários-base desenhados antes da eclosão da guerra têm barril do Brent a preço médio entre US\$ 62 e US\$ 65.

Preços mais altos no preço do petróleo também podem melhorar as receitas em royalties e Participações Especiais (PE) de Estados e municípios e ajudar a elevar a capacidade de investimentos de alguns governadores em ano de eleições. Estimativas do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) mostram que o total de royalties e participações especiais do governo, reunindo União, Estados e municípios, pode atingir R\$ 128,57 bilhões em 2026, caso o preço médio do ano fique em US\$ 80 o barril. Considerando a estimativa original para 2026, com barril a US\$ 63, as participações ficam em US\$ 101,25 bilhões. O cálculo considera dólar a R\$ 5,42 e a produção estimada para este ano pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

"É bom destacar que as participações especiais são pagas considerando o preço médio do período", diz Pedro Rodrigues, do CBIE. A cotação da commodity, diz, pode subir a mais de US\$ 80 em determinado momento, mas a questão é por quanto tempo o preço irá se sustentar e se será suficiente para influenciar o pagamento das participações. Ele também lembra que royalties e PE também consideram quantidade de petróleo produzida e câmbio.

Nas contas do economista Fabio

Serrano, do BTG Pactual, um aumento de US\$ 10 no preço médio do petróleo, mantendo-se as demais premissas constantes, elevaria a receita líquida do governo central neste ano em R\$ 15,3 bilhões (R\$ 12,6 bilhões em **impostos** e royalties e R\$ 2,7 bilhões em dividendos da Petrobras).

Na projeção original do banco para 2026, que

considera barril do Brent a US\$ 65, o déficit primário é de R\$ 50 bilhões, ou 0,4% do **PIB**. Se o preço médio se estabilizar em US\$ 80 o barril, calcula Serrano, o déficit primário poderia cair para R\$ 27 bilhões (0,2% do **PIB**). Num cenário com barril a US\$ 90, o déficit primário cairia a 0,1% do **PIB**. O cálculo, explica, considera o critério do resultado primário do Banco Central, e não o do cumprimento da meta fiscal. Ele alerta que qualquer efeito inflacionário decorrente do conflito poderia desencadear medidas de alívio tributário ou maiores gastos públicos, potencialmente mitigando parte ou o total do ganho projetado.

A equipe econômica do Bradesco também estima possíveis impactos para a economia brasileira em caso de prolongamento do conflito, com preços de petróleo permanentemente mais pressionados. No cenário-base do banco, considerando as

condições antes da guerra, o Brent estimado é de US\$ 62 o barril.

Para um câmbio médio do ano com dólar a R\$ 5,30 e com barril de petróleo estabilizado em US\$ 80, Bradesco projeta que o resultado primário do governo federal em 2026 seria impactado positivamente em 0,3 p.p. do **PIB**. Se o barril subir e permanecer em US\$ 90 com o mesmo câmbio, o impacto positivo subirá para 0,46 p.p. do **PIB**.

Serrano destaca que o cenário-base do BTG, mesmo antes da guerra, já era de cumprimento de meta fiscal pelo governo, com uso de contingenciamentos e o acompanhamento pelos relatórios bimestrais. "É claro que se há novas receitas fica mais confortável." Um alívio de curto prazo, porém, diz, não tira a necessidade de agenda de mudanças estruturais a partir de 2027.

Serrano explica que seus cálculos partiram da estimativa de que a receita do governo federal associada ao setor de petróleo bruto e derivados foi de aproximadamente R\$ 275 bilhões em 2025, correspondente a 2,2% do **PIB**. O valor inclui R\$ 14 bilhões em dividendos, R\$ 128 bilhões em royalties, lucros do petróleo e leilões de petróleo, e R\$ 133 bilhões em **tributos**, principalmente PIS e Cofins, cobrados sobre consumo, além de **tributos** sobre o lucro das empresas, como IRPJ e CSLL.

Dentro da receita tributária vinculada ao setor, a estimativa é que R\$ 60 bilhões correspondam a PIS/Cofins e à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidentes sobre o consumo de combustíveis. Esses **tributos** são cobrados por valor fixo sobre volume e a receita não flutua com os preços.

A magnitude e a duração do choque vindo da guerra dependerão de quanto tempo o conflito perdurará e da intensidade de seus efeitos sobre a produção e o comércio de petróleo, observa Serrano. As variações nos preços do petróleo têm impacto direto sobre a receita proveniente de royalties e lucros do petróleo. O efeito sobre IRPJ/CSLL, PIS/Cofins e dividendos, no entanto, depende do grau e do momento da transmissão para os preços dos derivados. "Isso passa muito por uma decisão de quanto do impacto em preços a empresa consegue repassar, o que depende do seu poder de mercado." As simulações pressupõem transmissão completa do aumento do preço para os combustíveis e outros derivados.

Se o preço médio do petróleo se estabilizasse em US\$ 80 por barril, calcula Serrano, em comparação com a premissa original de US\$ 65 e taxa de câmbio média de R\$ 5,20, a receita da União, excluindo dividendos, subiria R\$ 37,8 bilhões (0,3% do **PIB**). Como parte da receita é compartilhada com Estados e municípios, ele estima que o impacto líquido no governo central seria de R\$ 18,9 bilhões (0,1% do **PIB**).

O preço do petróleo também pode favorecer as contas dos governos regionais, destaca Guilherme Mercês, sócio da Consultoria Aurum Tank. Entre os Estados, a maior dependência em relação a royalties e participações especiais é do Rio de Janeiro. Em 2025 as participações governamentais associadas ao petróleo foram de 26,2% da Receita Corrente Líquida do Estado. Em seguida vieram Espírito Santo, com 5,1%, e Rio Grande do Norte, com 1,4%. O governo fluminense recebeu em 2025 total de R\$ 26,3 bilhões dessas participações, e o capixaba, R\$ 1,44 bilhão, observa Mercês, que é ex-secretário de Fazenda do Rio.

Benicio Suzana Costa, secretário de Fazenda do Espírito Santo, diz que a receita estimada pelo governo capixaba com participações especiais para 2026 é estimada atualmente em R\$ 1,4 bilhão. A conta foi feita considerando barril de Brent a US\$ 65. Com cotação a US\$ 80 o barril, a receita com PE de petróleo no Estado subiria R\$ 40 milhões a cada mês de permanência da cotação da commodity no nível mais. Num período de dez meses, portanto, seriam R\$ 400 milhões a mais. O Estado também estima outros R\$ 700 milhões em receitas de royalties do petróleo para 2026, mas, segundo Costa, a cotação impacta

mais os valores de PE. Ele também afirma que não deve haver efeito imediato em termos de receita tributária do Imposto

sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre derivados, como gasolina, GLP e diesel. Isso porque, da mesma forma como o PIS e a Cofins no âmbito federal, o ICMS também é cobrado em valor fixo.

Costa diz que caso haja bloqueio total do estreito de Ormuz, por onde escoam cerca de um quinto do petróleo produzido globalmente, o Estado teria capacidade de aumentar a produção de petróleo, o que também poderia ampliar os efeitos positivos para o Estado. A produção projetada para este ano, diz, é de 190 mil barris ao dia. Em caso de demanda maior, poderia ser elevada para 220 mil a 240 mil barris ao dia.

O impacto do preço do petróleo na PE demora um pouco a aparecer nas contas, explica o secretário. Isso porque a participação especial é paga dois meses depois ao fim de cada trimestre. Ou seja, a PE relativa ao primeiro trimestre de 2026 será paga em maio. No caso específico do Espírito Santo, houve paralisação para manutenção de uma plataforma de petróleo em dezembro e janeiro, o que deverá também ter impacto na PE que entrará em maio. Já a receita com participações especiais do segundo trimestre, pelo mesmo método, deve entrar em setembro.

De qualquer forma, diz, eventual "excesso de receita" em relação ao orçamento, diz, permite abertura de créditos suplementares que poderão ser executados, ao menos em parte, ainda em 2026, gerando mais investimentos. Costa lembra que os recursos de PE e royalties de petróleo do Estado são destinados a investimentos, sendo que 20% vão para o Fundo Soberano.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Petrobras reverte prejuízo e lucra R\$ 15,5 bi

Fábio Couto, Kariny Leal e Rafael Rosas

A Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 15,56 bilhões no quarto trimestre de 2025, revertendo o prejuízo de R\$ 17,04 bilhões apurados em igual período em 2024. No ano, a companhia apurou lucro líquido de R\$ 110,19 bilhões, 200,8% acima de 2024, quando obteve R\$ 36,6 bilhões. A empresa anunciou também a distribuição de R\$ 8,1 bilhões em dividendos relativos ao quarto trimestre.

O valor, que corresponde a R\$ 0,62622908 por ação ordinária e preferencial, será pago pela Petrobras em duas parcelas iguais, de R\$ 0,31311454, nos dias 20 de maio e 22 de junho. Caso os acionistas aprove a proposta de dividendos na assembleia prevista para 16 de abril, a remuneração aos acionistas relativa a 2025 somará R\$ 41,2 bilhões.

A Petrobras atribuiu o resultado ao aumento de 11% na produção total de óleo e gás em 2025, além da variação cambial, refletindo a valorização do real frente ao dólar, entre outras razões.

Disse também que os resultados foram sólidos mesmo diante de uma queda de 14% na cotação do barril do tipo Brent no ano. "O aumento do volume de óleo e gás nos permitiu compensar os efeitos da queda do Brent e alcançar resultados financeiros robustos", disse a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, em nota.

No quarto trimestre, a produção de petróleo, gás natural e líquido de gás natural (LGN) da Petrobras foi de 3,081 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/dia), alta anual de 18,6%. A venda de derivados somou 1,771 milhão de barris/dia, aumento de 0,7% frente a igual período em 2024.

Em 2025, a produção de petróleo, gás e LGN totalizou 2,96 milhões de boe/dia, volume 11,1% acima do extraído em 2024. A estatal teve aumento de 11,3% na produção de petróleo e LGN em 2025 frente a 2024, ao apurar 2,39 milhões de barris/dia.

A receita de vendas da companhia no quarto trimestre subiu 5%, para R\$ 127,37 bilhões, enquanto o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) cresceu 46,3%, para R\$ 59,92 bilhões. Em 2025, a receita de vendas avançou 1,4%, para R\$ 497,54 bilhões, e o Ebitda teve alta de 10,6% frente a 2024, para R\$ 237,17 bilhões.

A dívida líquida da companhia fechou o ano passado em US\$ 60,59 bilhões, 16% acima dos US\$ 52,24 bilhões somados em 2024. A alavancagem, indicador de endividamento resultante da relação entre a dívida líquida e o Ebitda, em 2025, ficou em 1,42 vez, contra 1,29 vez em 2024. Entretanto, a dívida bruta da petroleira cresceu 15,7% em 2025, para US\$ 69,79 bilhões - ainda abaixo do teto de US\$ 75 bilhões fixado no plano de negócios 2026-2030.

Nos investimentos, a Petrobras desembolsou R\$ 112,9 bilhões (US\$ 20,3 bilhões) em 2025, dentro da faixa de variação das metas divulgadas para o ano. Este patamar de "capex" reflete antecipações de entregas em projetos, com a aceleração do avanço físico de navios-plataformas (FPSOs, na sigla em inglês) próprios destinados à operação nos campos de Búzios, Atapu e Sépia.

Os aportes também consideraram a evolução nas campanhas de perfuração de poços e recortes de interligações. Os investimentos em exploração e produção (E P) representaram cerca de 84% do total desembolsado em 2025.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

China fixa, para 2026, a menor meta do PIB desde 1991

MARCELO NINIO

Na abertura do Legislativo chinês, o governo estabeleceu uma meta de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) menor para este ano em relação a 2025: entre 4,5% e 5%. Foi pouca coisa, meio ponto percentual, mas o suficiente para que fosse interpretado como uma admissão oficial de desaceleração e do desgaste de um modelo econômico que busca se reinventar há anos, entre avanços e entraves.

É a meta mais baixa desde 1991, destacam as agências de notícias. A correlação é coerente na linha do tempo, mas ignora a diferença dramática do país entre aquele período e o atual. No início da década de 1990, o **PIB** da China girava em torno de US\$ 400 bilhões, mais ou menos igual ao do Brasil. No ano passado, chegou a quase US\$ 20 trilhões (sete vezes maior que o brasileiro).

Ainda assim, a desaceleração chama a atenção diante do peso da China na economia mundial e por sua trajetória. Para economistas, desacelerar é fundamental para a transição que o governo almeja. Michael Pettis, professor americano que dá aula na Universidade de Pequim, é um deles. O maior desafio para o governo chinês para cumprir seu objetivo de ter uma economia movida pelo consumo, diz ele, é ter a coragem de desacelerar o crescimento do **PIB** por um tempo. A questão é quem vai assumir o preço que isso cobra, em termos domésticos e de imagem externa.

O primeiro-ministro Li Qiang leu o relatório de trabalho do governo diante dos cerca de 3 mil deputados do Congresso Nacional do Povo (CNP, o Parlamento chinês), com um balanço do último ano e os planos para o próximo. A meta de alta do **PIB** para 2026 ficou entre 4,5% e 5%, enquanto a do ano passado havia sido "em torno de 5%". Li indicou outra meta: dobrar o **PIB** per capita de 2020 até 2035. Ainda há espaço para tudo se manter do jeito que estava, ou haver uma melhora. O relatório abre espaço para a meta ser maior.

- Raramente em muitos anos estivemos num cenário tão grave e complexo, em que os choques e desafios externos se entrelaçaram com dificuldades domésticas e decisões políticas difíceis - disse Li.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economistas monitoram preços de combustíveis e câmbio

Marcelo Osakabe e Anaïs Fernandes

O conflito entre Estados Unidos e Israel contra o Irã pode contaminar a dinâmica de preços no Brasil principalmente através de uma alta dos preços de combustível, mas economistas também monitoram o comportamento do câmbio, entre outros fatores.

Desde o início da ofensiva, no fim de semana, o preço do petróleo tipo Brent subiu quase 17%, de US\$ 72 para US\$ 85,41 no fechamento de ontem. O movimento contraria toda a perspectiva que se tinha para a commodity no início de 2026, quando analistas imaginavam que a desaceleração global e a sobreoferta manteriam efeito baixista sobre os preços.

O anúncio feito pelo governo iraniano de que vai fechar para navegação o estreito de Ormuz preocupa porque, pela região, passa aproximadamente 20% de toda a produção mundial de petróleo, não apenas do Irã, mas de outros países do Oriente Médio.

Até o momento, no entanto, não houve interrupções importantes da produção e do escoamento, ao passo que a alta dos preços da commodity é vista como "gerenciável", dizem analistas.

Exercício feito pela consultoria Buysidebrazil mostra que, caso o

Brent se mantenha permanentemente em US\$ 80 o barril com o dólar em R\$ 5, 20, o efeito no Brasil seria uma alta de 10% da gasolina, o que adicionaria cerca de 0,20 ponto percentual ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial da **inflação** do país, ao fim do ano. Em um cenário mais agudo, com a commodity cotada a US\$ 85 e um dólar em R\$ 5,40, o impacto sobre o IPCA seria de 0,37 ponto. Ontem, o dólar à vista fechou em R\$ 5,29.

"O ponto é que ninguém sabe como vai se desenrolar esse conflito, se será de cinco semanas, como prometeu o presidente Donald Trump, ou se será mais longo", diz a economista-chefe da Buysidebrazil, Andréa Damico. "Diante da alta incerteza, acredito que as casas não vão mudar suas projeções de **inflação** tão cedo."

Ponto importante a considerar, nesse sentido, é a política de preços da Petrobras, que tem suavizado o

vai e vem dos preços da commodity, nota a economista-chefe do Inter, Rafaela Vitória. "A alta observada nesses primeiros dias é até administrável. A Petrobras, historicamente, trabalhou com certa defasagem, entre 5% e 10% abaixo dos preços internacionais, e no último ano chegou até a trabalhar com ágio, ou seja, vendia mais caro do que o necessário", afirma. "Esse impacto chegará à bomba somente se for uma defasagem acumulada por muito tempo."

Mesma ponderação fez o Bradesco em relatório recente. O banco calcula em 0,4 ponto o repasse à **inflação** caso o Brent se estabilize em US\$ 80 o barril, mas nota que a velocidade do repasse depende da política da estatal brasileira.

"Quando houve a invasão da Rússia na Ucrânia em 2022, o preço do petróleo ultrapassou os

US\$ 100 o barril e escalou até US\$ 130 nas semanas subsequentes. No pico, os preços internos da gasolina ficaram cerca de 30% e, o os do diesel, 40% abaixo da paridade com o preço internacional.

Dois dias depois de atingir esses níveis, a Petrobras reajustou em 19% a gasolina e 25% o diesel", relembra o banco.

Para Leonardo Porto, economista-chefe do Citi no Brasil, se o preço do petróleo sobe para US\$ 80, mas volta para US\$ 70 uma semana depois, o impacto para as economias vai ser bastante limitado. No entanto, este pode não ser a perspectiva atual, alerta. "Ou, pelo menos, a gente não tem nada que nos faça pensar que esse é o cenário mais provável."

Ele pondera que a alta do petróleo costuma prejudicar mais os países importadores da commodity, o que não é o caso do Brasil, que se tornou exportador líquido na última década. "Nesse canal, estamos mais protegidos. O Brasil também tem uma matriz energética muito mais dependente de energia hidroelétrica e eólica", diz.

Por outro lado, ele chama a atenção para o canal da aversão ao risco, que tende a chegar ao Brasil sobretudo pelo câmbio mais depreciado. "Como o Brasil é um país emergente, é um país de ativos mais arriscados, e o fluxo de capitais para países

emergentes pode, eventualmente, reduzir", afirma.

Rafaela, do Inter, também alerta para o potencial de um repique de **inflação** nos EUA, algo que estava no radar já no fim do ano e, agora, pode voltar a ganhar força com a alta da gasolina se somando a um contexto de mercado de trabalho apertado por lá. "Caso isso faça com que a perspectiva do Fed [Federal Reserve, o banco central dos EUA] seja não mais cortar juros, mas elevar, pode derrubar a narrativa de dólar fraco global", diz.

Apesar dos riscos, a economista tem a avaliação de que o câmbio segue "comportado" no Brasil. "Vale lembrar que a alta do petróleo costuma ser parcialmente compensada pela valorização do real. É algo que não aconteceu ainda por causa da aversão ao risco alta, mas, lá na frente, podemos colher uma mudança de rumo beneficiando países exportadores como o Brasil", afirma Rafaela.

O quadro atual também não deve impactar significativamente as projeções do Banco Central para o câmbio, segundo ela, porque, em sua última reunião, a autoridade monetária trabalhava com dólar a R\$ 5,35. Ou seja, ainda acima do patamar em que a moeda americana opera agora, acrescenta.

Andréa, da Buysidebrasil, diz acreditar que os analistas devem segurar revisões altistas em suas projeções de câmbio no momento, porque, até o fim da semana passada, a discussão que existia era na direção oposta. "É possível ver, pela última pesquisa Focus, que muitos analistas ainda estavam com números altos para o câmbio no fim do ano [R\$ 5,42]. Ou seja, havia certa gordura para baixar projeções, e muitos estavam com a cabeça de ganhar convicção adicional para cortar suas estimativas", afirma. "Com a guerra, acho que essas revisões baixistas ficam em banho-maria, mas também não vejo movimento de ajustar no sentido oposto."

Ainda assim, o tema é algo a se monitorar, diz. Para efeito de ilustração, Andréa conta que, nos modelos do Banco Central, uma depreciação de cerca de 10% do câmbio resulta, 12 meses à frente, em 0,50 ponto adicional ao IPCA.

Há, por fim, um impacto que pode se manifestar sobre o preço do frete marítimo e, consequentemente, os preços de produtos importados ou que têm componentes vindos de fora.

Como mostrou o Valor, embora nenhuma rota tenha sido interrompida até o momento, armadores já anunciaram aumentos de até 38% de preço na rota Ásia-Brasil, fora incrementos nas sobretaxas de risco de guerra e de combustível. O preço dos seguros para

embarcações que trafegam na região do conflito também aumentou.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Desemprego "dribla" sazonalidade e cresce pouco no trimestre, diz IBGE

Vinicius Lucena e Lucianne Carneiro

O mercado de trabalho abriu o ano com alguma alta da taxa de desemprego, quando se compara com o fim de 2025, mas manutenção ante o trimestre anterior e com indicadores ainda perto dos melhores patamares da série histórica, como no caso da ocupação e número de desempregados, indicou o IBGE, além de recordes na renda e na massa de rendimentos.

A taxa de desemprego avançou de 5,1% no trimestre encerrado em dezembro para 5,4% no trimestre encerrado em janeiro, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, Novembro e dezembro aparecem em ambos os trimestres, por isso a comparação não é indicada pelo IBGE. Na comparação com o trimestre anterior, encerrado em outubro, a taxa se manteve estável em 5,4%. Entre economistas, o resultado é visto como positiva e mostra a força do mercado de trabalho brasileiro.

"É uma boa notícia no sentido de que, em geral, os primeiros meses do ano mostram uma piora do desemprego. Não porque a economia está pior, mas por questões sazonais e que se repetem todo ano. Se a gente está vendo uma manutenção, significa que a situação melhorou. É uma situação ainda de resiliência do mercado de trabalho, apesar da desaceleração da economia", afirma

Daniel Duque, doutor em economia pela Norwegian School of Economics e pesquisador do FGV Ibge.

É comum o desemprego aumentar no início do ano com a dispensa de trabalhadores temporários contratados no fim do ano passado. No entanto, esse movimento observado no início do ano ainda não foi suficiente para anular os ganhos do fim de 2025, segundo afirmou a coordenadora do IBGE, Adriana Beringuy, responsável pelas pesquisas por amostra de domicílio.

"Essa população desocupada vinha diminuindo e se estabilizou nessa análise. Mesmo com esse primeiro dado de 2026, não dispara imediatamente. Essa sazonalidade de retração da ocupação ainda não foi suficientemente forte para anular ganhos do fim do ano passado."

De acordo com a Pnad Contínua, no último trimestre de 2025, a taxa era de 5,1%, a menor da série histórica, iniciada em 2012. O IBGE, no entanto, não considera que houve alta da taxa no trimestre encerrado em janeiro, já que os meses de novembro e dezembro aparecem em ambos os trimestres.

"Estamos chegando a um piso, não tem muito como melhorar por uma questão estrutural. Era necessário um aumento na taxa de participação ou na atividade econômica, o que não estamos vendo. A gente acredita que o desemprego vai piorar muito marginalmente", afirma André Valério, economista sênior do Banco Inter.

No trimestre encerrado em janeiro, o país tinha 5,9 milhões de desempregados - pessoas de 14 anos ou mais que buscaram emprego, mas não conseguiram. O número aponta recuo de 1% frente ao trimestre anterior, encerrado em outubro. A variação é classificada como estabilidade estatística pelo IBGE.

Ainda assim, foi registrado o menor contingente para trimestre encerrado em janeiro da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Na comparação com todos os trimestres, é o terceiro menor número, atrás apenas dos trimestres encerrado em dezembro de 2025 (5,5 milhões) e novembro de 2025 (5,6 milhões). Frente a igual período de 2025, a queda é de 17,1% (menos 1,2 milhão de pessoas).

O trimestre também bateu recordes tanto para a renda do trabalhador quanto para a massa de rendimentos na economia brasileira. A renda média dos trabalhadores avançou 2,8% ante o trimestre anterior, para R\$ 3.652. Já a massa de rendimentos real habitualmente recebida por pessoas ocupadas (em todos os trabalhos) foi de R\$ 370,3 bilhões no trimestre, alta de 2,9% em relação ao trimestre anterior.

"Enquanto o desemprego continuar baixo, a gente vai continuar vendo alta da renda. Com o mercado de trabalho aquecido, os trabalhadores podem negociar melhores salários e trocar de emprego buscando salários maiores. Os empresários que precisam atrair trabalhadores, em um cenário de escassez de mão de obra, fazem com que os salários aumentem acima do ritmo da economia", avalia Duque.

Entre os analistas, há a preocupação de que os dados de desemprego trazem certo desconforto para o Banco Central, frente a um mercado de trabalho ainda forte. Mas, na visão de Yihao Lin, economista da Genial Investimentos, o cenário não deve atrapalhar o início do ciclo de afrouxamento monetário, previsto para a próxima reunião do Banco Central (BC), ainda neste mês.

"Nesse contexto, apesar de os dados confirmarem a robustez da ocupação brasileira, não devem ser suficientes para alterar o início do ciclo de cortes de juros na reunião de março, com um afrouxamento inicial de 0,5 ponto, refletindo principalmente o avanço obtido ao longo dos últimos meses no que diz respeito a convergência da inflação à meta", diz.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Guerra pode se transformar em tema eleitoral

Joelmir Tavares

O conflito no Oriente Médio entrou no debate da eleição presidencial brasileira e tem potencial para mexer com estratégias do governo e da oposição na corrida ao Palácio do Planalto. Embora as consequências para o cenário nacional ainda sejam imprevisíveis, a guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã pode virar um tema da campanha, tanto na discussão de política externa quanto na reação a uma eventual pressão inflacionária.

Os desdobramentos econômicos no ambiente interno são vistos por especialistas como um fator que pode arrastar a temática da guerra para a eleição, contrariando um histórico de influência limitada de tensões internacionais em eleições no país.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a oposição, hoje representada pela pré-candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL), podem se deparar com desafios e oportunidades, segundo analistas ouvidos pelo Valor. A escalada no Oriente Médio, afirmam eles, combina duas questões com reflexos domésticos: efeito na economia, especialmente no custo de vida, e capacidade de ativar bases ideológicas.

Os ataques mobilizaram apoiadores de Lula e Flávio desde o fim

de semana, tendo como foco de embate o alinhamento com os Estados Unidos. O senador usou a posição oficial do governo brasileiro - de repúdio à violação da soberania iraniana na ação militar que matou Ali Khamenei, líder supremo do Irã - para criticar Lula pelo "apoio político" a um regime autoritário. Para o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, o Brasil ficou "do lado errado" no conflito.

O campo governista voltou a explorar a bandeira da defesa da soberania, que marcou a reação do Brasil ao tarifaço dos EUA. A

ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, disse que o bolsonarismo segue "pregando subserviência" a Donald Trump, mesmo quando o presidente americano "viola leis internacionais e faz um ataque que ameaça a paz no mundo".

Alas do Planalto estão preocupadas com os efeitos da guerra no mercado do petróleo. O receio é que uma

subida nos preços de combustíveis eleve a **inflação** em pleno ano eleitoral, corroendo a popularidade do presidente, que já está em patamar inferior ao esperado

pelo PT. Pesquisas de intenção de voto têm mostrado uma distância menor entre Lula e adversários.

Para o cientista político e especialista em relações internacionais Fabio Andrade, as implicações geopolíticas dificilmente serão absorvidas pelo eleitor médio, mas as estratégias adotadas pela direita no Brasil podem fazer com que uma pauta internacional tenha repercussões na eleição. O professor da ESPM avalia que a posição de Flávio dialoga, por exemplo, com a parcela dos evangélicos brasileiros que manifestam apoio a Israel.

"Uma parte significativa do eleitorado não vai nem querer saber de política externa, mas pode ser sensibilizada por discursos que digam respeito aos seus valores", diz Andrade. "Essa é uma hipótese que pode colocar em xeque o entendimento da ciência política de que a política externa pouco interfere no voto."

Outra variável citada pelo docente é o impacto da guerra no bolso dos eleitores, que pode agravar o mau humor na campanha. Uma das alternativas para o governo poderá ser culpar um elemento externo inesperado e "fazer o papel de vítima" para tentar angariar simpatia.

"Um cenário de **inflação**, juros altos e perigo de recessão é sempre ruim para os governos de plantão, e favorável para a oposição. Ela não precisa arcar com os custos da piora na conjuntura e ainda pode atribuir o problema a uma inabilidade do governo", acrescenta Andrade.

Na opinião do consultor e estrategista político Felipe Soutello, que já coordenou campanhas estaduais e nacionais, a oposição conta com a vantagem de não precisar ter a mesma responsabilidade institucional que o governo perante uma eventual crise. No entanto, o que ele chama de "oportunistismo de curto prazo" embute riscos e não necessariamente se converterá em voto.

"Vejo o assunto com pouca penetração no conjunto total do eleitorado e sendo usado hoje mais como um instrumento para manter aquecida a própria bolha, já conectada à candidatura da família Bolsonaro. A

precipitação pode cobrar a conta em algum momento. Por outro lado, uma guerra estendida tende a prejudicar mais o governo, podendo neutralizar qualquer ganho na área econômica que ele possa ter tido até agora", diz Soutello.

O professor de relações internacionais Alcides Costa Vaz, da Universidade de Brasília (UnB), concorda com a leitura de que a guerra no Irã "suscita mais desafios para o governo" na disputa eleitoral. Afirma, contudo, que a direita "também não deixa claras quais medidas, que propostas e que resultados esperar de um eventual alinhamento robusto do Brasil aos Estados Unidos".

Ao condenar o ataque ao Irã, o governo seguiu a tradição diplomática do Itamaraty de busca de soluções pacíficas e respeito à autodeterminação dos povos - a defesa da soberania foi invocada na reação à ofensiva dos EUA, no ano passado. Segundo pesquisa Genial/Quaest de dezembro, 54% dos brasileiros consideraram que Lula e o PT tiveram o melhor desempenho ao tratar do tarifaço, enquanto 24% disseram que a melhor postura foi a de Bolsonaro e aliados.

A polarização no país tende a fazer com que a questão do Irã seja recebida pelos eleitores mais por um prisma ideológico do que geopolítico, de acordo com Vaz. "É um processo menos racional e mais impulsivo, marcado pelo endosso às posições de um lado ou de outro. A guerra e os seus desdobramentos podem ser uma parte importante da campanha, mas não um fator decisivo", diz o professor da UnB.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Taxa de desemprego sobe para 5,4% em janeiro, mas renda média é recorde

A taxa de desemprego no Brasil ficou em 5,4% no trimestre encerrado em janeiro, segundo dados divulgados nessa quinta-feira (5) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O índice ficou acima dos 5,1% registrados no trimestre encerrado em dezembro, mas dentro das expectativas do mercado.

O resultado repete a taxa observada no período de agosto a outubro de 2025 (5,4%), considerada a menor da série histórica comparável da PNAD Contínua, iniciada em 2012. Na comparação com o trimestre de novembro de 2024 a janeiro de 2025, quando o desemprego estava em 6,5%, houve recuo de 1,1 ponto percentual.

A população ocupada totalizou 102,7 milhões de pessoas, mantendo estabilidade no trimestre, mas registrando crescimento de 1,7% em relação ao ano anterior, o equivalente a 1,7 milhão de trabalhadores a mais.

Já o contingente de desempregados ficou em 5,9 milhões de pessoas, número estável frente ao trimestre de agosto a outubro de 2025. Em comparação com o mesmo período do ano passado, quando havia 7,1 milhões de desempregados, houve redução de 17,1%, o que representa 1,2 milhão de pessoas a menos.

Os dados da PNAD Contínua também mostram avanço no rendimento dos trabalhadores. O rendimento real habitual de todos os trabalhos atingiu R\$ 3.652, o maior valor da série histórica, com crescimento de 2,8% no trimestre e de 5,4% no acumulado do ano.

A massa de rendimento do trabalho também alcançou nível recorde, chegando a R\$ 370,3 bilhões, com expansão de 2,9% no trimestre (mais R\$ 10,5 bilhões) e de 7,3% em relação ao ano anterior (mais R\$ 25,1 bilhões).

Já a taxa de informalidade - que mede a proporção de trabalhadores informais na população ocupada - ficou em 37,5%, o menor nível da série histórica, o equivalente a 38,5 milhões de pessoas.

De acordo com a coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, Adriana Beriguy, os números

indicam principalmente estabilidade no mercado de trabalho. Segundo ela, apesar de janeiro normalmente registrar redução no número de trabalhadores devido ao encerramento de contratos temporários, o desempenho positivo dos meses de novembro e dezembro reduziu o impacto desse movimento sazonal.

PERSPECTIVAS

PARA 2026

Para analistas, os dados indicam um mercado de trabalho ainda resiliente, embora com sinais de estabilização. O indicador divulgado agora engloba dois meses do final de 2025, mas historicamente o desemprego tende a subir no início do ano em razão da dispensa de trabalhadores temporários contratados para o período de fim de ano.

A expectativa é de que o mercado de trabalho continue relativamente forte em 2026, embora a taxa de desemprego possa apresentar leves altas ao longo do ano, refletindo um movimento de ajuste após os níveis historicamente baixos.

"Não vemos espaço para uma melhora contínua do mercado de trabalho. Os principais indicadores estão próximos do topo e já há sinais de perda de dinamismo, sobretudo nos setores mais sensíveis ao ciclo econômico", avaliou André Valério, economista sênior do Inter.

O cenário de desemprego baixo combinado com aumento da renda também está no radar do Banco Central, já que pode dificultar o controle da **inflação**. A autoridade monetária volta a se reunir neste mês para decidir sobre a taxa básica de juros (Selic).

A expectativa do mercado é de corte nos juros, embora o ambiente externo tenha se tomado mais incerto após a escalada do conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã.

Ibovespa cai mais de 2% com forte aversão a risco

Bruna Furlani, Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira e Luana Reis

A recuperação observada nos mercados globais na última quarta-feira durou pouco e os mercados voltaram a sofrer diante das preocupações dos investidores com a guerra no Oriente Médio. Sem sinais de trégua, o conflito já envolve diversos atores da região e eleva a percepção de risco do mercado, provocando um desmonte de posições em ativos de países emergentes e uma corrida à liquidez do dólar.

Neste contexto, a moeda americana encerrou o pregão em forte alta de 1,32%, cotada a R\$ 5,2865. Já o Ibovespa foi ainda mais penalizado e amargou perdas de 2,64%, aos 180.464 pontos.

Desde a eclosão da guerra, de acordo com levantamento do Valor Data, as empresas listadas no principal índice de ações do Brasil já perderam R\$ 216,9 bilhões em valor de mercado - período que compreende as sessões de segunda a quinta-feira.

Para o cogestor da Norte Asset Management, Rafael Furlan, o tombo nos mercados é reflexo da percepção de que a guerra entre Estados Unidos e Irã será mais extensa do que o previsto, o que leva a uma elevação nos preços de petróleo. Como consequência, a alta da commodity alimenta um ambiente de maior inflação e de maior necessidade de manutenção dos juros em patamar elevado, o que pesa sobre ativos de risco.

Os juros futuros encerraram o pregão fortemente pressionados não só pelo ambiente de aversão global a risco, mas também pela expectativa de que a flexibilização da Selic pode ser mais contida. Encerrados os negócios, a taxa do contrato de DI com vencimento de janeiro de 2029 saltou de 12,84% para 13,07%, enquanto o do DI de janeiro de 2031 disparou de 13,21% a 13,47%.

No mercado de opções de Copom, voltou a ganhar força a expectativa por um corte mais tímido da Selic este mês: a chance implícita de uma redução de 0,5 ponto percentual recuou de 64% a 56%, ao passo em que a possibilidade de corte de apenas 0,25 ponto subiu de 26% a 32%.

Segundo as estrategistas Ioana

Zamfir e Sofia Palacios, do Morgan Stanley, há um prêmio de risco de inflação subestimado na América Latina após o salto dos preços do petróleo. Embora o Brasil seja o país que menos se preocupa nesse sentido, as profissionais optaram por fechar uma posição aplicada (que aposta na queda das taxas) em contratos de DI de janeiro de 2029.

"À medida em que as pressões sobre os preços do petróleo persistirem, acreditamos que as expectativas para os juros do Brasil provavelmente serão reajustadas para 13% ou mais, mas também seria o primeiro mercado em que procuraríamos dissipar as preocupações relacionadas ao petróleo, uma vez que a poeira baixasse", afirmam Zamfir e Palacios em relatório. Os preços da commodity voltaram a disparar, com os contratos do WTI (referência americana) e do Brent (referência mundial) terminando o dia cotados a US\$ 81,01 e US\$ 85,41 por barril, respectivamente.

O diretor de tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt, diz que o estresse do mercado é relativo à preocupação com o setor de energia e que se um gargalo no transporte de petróleo for evitado, os mercados tendem a melhorar. "Por isso, quando o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que ia proteger navios petroleiros, o mercado melhorou muito", afirma. "Para mim, é tudo em cima de preço de petróleo, porque os valores mais altos vão gerar pressão inflacionária em todo mundo, especialmente nos Estados Unidos, o que eleva as taxas de juros por lá e drena liquidez do mundo todo."

O diretor do Travelex afirma que, mesmo se o problema energético se mantiver presente por mais tempo, o real pode desvalorizar menos do que pares emergentes. "Temos os juros altos, então o investidor vai querer primeiro desmontar posição no peso chileno, peso mexicano, moedas que não pagam os mesmos juros que o Brasil. É caro reverter posição, e havia bastante posições em real", afirma, acrescentando que o Brasil, por ser exportador de petróleo, também acaba se beneficiando nesse ambiente de alta no preço da commodity. "Na bolsa, talvez esse benefício não fique muito claro porque a Petrobras não acompanha os preços internacionais de forma rápida. O investidor estrangeiro deixa de colocar dinheiro lá."

Segundo Furlan, da Norte Asset, outro fator que pesou

sobre os ativos ontem foi o movimento conhecido como "degrossing", que consiste em fundos reduzindo a sua exposição bruta ao mercado por meio do desmonte de posições compradas (aposta na alta) e aplicações em ativos nos quais antes estavam vendidos (aposta na desvalorização).

Prova disso, diz o gestor, é que ações como as da Vale estão cedendo bem desde a eclosão da guerra. No acumulado da semana, os papéis da mineradora já recuam 8,12%. "Metais eram vencedores.

Ouro, cobre e Vale estavam subindo. Todas as commodities metálicas estavam indo bem e todas elas caíram bastante agora."

Em Nova York, algo similar ocorreu, de acordo com Furlan. "O setor de software, por exemplo, vinha sendo muito penalizado pela ideia de que a IA poderia destruir modelos de negócio tradicionais. Mas agora, com esse processo, aconteceu o oposto: como muita gente estava vendida em software, esses papéis acabaram subindo com a cobertura de posições vendidas", ele afirma. "Em momentos assim, as correlações entre os ativos começam a se quebrar e o mercado perde um pouco da racionalidade. Fluxos passam a dominar os preços."

Essa dinâmica pôde ser observada, inclusive, pelo desempenho dos principais índices acionários dos Estados Unidos. O Dow Jones, mais ligado a companhias de setores tradicionais da economia, terminou a sessão em forte queda de 1,61%, ao passo em que o Nasdaq, que concentra ações de tecnologia, caiu apenas 0,26%. O S P 500, por sua vez, teve baixa de 0,56%.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Prejuízos somam R\$ 473,2 bi

» PEDRO JOSÉ*

O mercado ilegal no Brasil alcançou o maior nível já registrado em 2025, com prejuízo estimado em R\$ 473,2 bilhões, segundo levantamento divulgado ontem pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP).

O valor considera perdas de empresas e impostos que deixaram de ser arrecadados pelo governo em razão da comercialização de produtos contrabandeados, falsificados ou pirateado. Do total calculado, R\$ 326,3 bilhões correspondem a perdas diretas da indústria. Outros R\$ 146,8 bilhões dizem respeito à evasão fiscal, relacionada a tributos que deixaram de ser recolhidos. Em 2020, o prejuízo estimado era de R\$ 288 bilhões. Em cinco anos, o valor aumentou cerca de 64%, com expansão superior a R\$ 180 bilhões no período.

Segundo o levantamento, o volume movimentado por atividades ilegais representa cerca de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Entre os setores com maiores perdas estão vestuário, com prejuízo estimado em R\$ 87,3 bilhões, e bebidas alcoólicas, com cerca de R\$ 83,2 bilhões. Também foram registrados impactos em segmentos, como defensivos agrícolas, material esportivo, óculos, celulares, brinquedos e serviços de TV por assinatura.

Outras áreas relevantes no levantamento incluem combustíveis, com perdas próximas de R\$ 29 bilhões, e higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, com cerca de R\$ 21 bilhões. O fórum aponta que alguns segmentos tiveram crescimento mais acentuado das perdas nos últimos anos, especialmente bebidas, cigarros, combustíveis e vestuário. Segundo a entidade, são áreas com presença de organizações criminosas e alta lucratividade devido à venda de produtos sem recolhimento de impostos.

* Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/06/all.pdf>

Banqueiro virá para Brasília

» LUANA PATRIOLINO

O ministro André Mendonça determinou, na noite de ontem, que o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, seja transferido para a Penitenciária Federal de Brasília. A chegada está prevista para esta sexta-feira. Ele será escoltado pela Polícia Penal de São Paulo até Brasília.

Na capital federal, ficará sob a responsabilidade da Polícia Penal federal.

Vorcaro ficará 20 dias isolado em cela especial e individual, de nove metros quadrados. A transferência determinada por Mendonça atende a pedido da Polícia Federal, que apontou risco à segurança pública caso o banqueiro continuasse detido em uma unidade estadual.

Ele estava na Penitenciária de Potim, no interior paulista, depois de passagem pelo Centro de Detenção Provisória (CDP) 2 de Guarulhos, na Grande São Paulo.

Conforme Mendonça, a PF havia destacado que o risco à "permanência de Daniel Bueno Vorcaro em presídio estadual no Estado de São Paulo deriva da análise dos elementos informativos coligidos ao longo da investigação, que indicam que o referido investigado detém significativa capacidade de articulação e influência sobre diversos atores situados em diferentes esferas do poder público e do setor privado".

No pedido encaminhado ao STF, a polícia argumentou que a transferência para o sistema penitenciário federal é necessária para garantir a efetividade da prisão preventiva, mitigar riscos institucionais associados à elevada sensibilidade da investigação e preservar a integridade física do próprio preso.

"A Penitenciária Federal em Brasília apresenta condições institucionais que permitem monitoramento mais próximo da execução da custódia, considerando a localização da unidade em relação aos órgãos responsáveis pela condução da investigação e pela supervisão judicial das medidas cautelares adotadas no âmbito desse Supremo Tribunal Federal", argumentou a corporação.

Vorcaro foi preso pela segunda vez na quarta-feira por determinação de Mendonça. A PF aponta que o banqueiro faz parte de uma "organização criminoso"

de "profissionais do crime", chamada de "A Turma", que usa violência e coação como uma "milícia privada".

Segundo as investigações, havia um "núcleo financeiro", responsável pela estruturação das fraudes contra o sistema financeiro.

Também um "núcleo de corrupção institucional", voltado à cooptação de servidores públicos do Banco Central.

Os outros dois referiam-se ao "núcleo de ocultação patrimonial e lavagem de dinheiro", com utilização de empresas interpostas, e ao "núcleo de intimidação e obstrução de Justiça", responsável pelo monitoramento ilegal de adversários, jornalistas e autoridades.

Além de Zettel, faziam parte do grupo o policial aposentado Marilson Silva e Luiz Phillipi Mourão, a quem a PF chama de "Sicário", ou seja, assassino de aluguel. Todos foram presos na quarta. Mourão tentou suicídio na cadeia (leia reportagem na página 4).

Zettel também passou pelo Centro de Detenção Provisória de Guarulhos e segue na Penitenciária de Potim. (Com Agência Estado)

DEU NO

El País O jornal espanhol se referiu a Vorcaro como um "magnata cujos segredos fazem tremer a classe política do Brasil". O texto destaca que nesta operação sobre as fraudes do empresário os suspeitos podem tentar fechar acordos de delação premiada.

Reuters A agência de notícias britânica destacou que a prisão preventiva de Vorcaro foi baseada em novas provas obtidas pela Polícia Federal incluindo as mensagens de texto do celular do banqueiro.

Financial Times Já o jornal britânico afirmou que "as prisões marcam uma escalada significativa na investigação de suspeitas de fraude e lavagem de dinheiro no Banco Master, que colapsou no ano passado com perdas estimadas em mais de R\$ 40 bilhões, na maior falência bancária no Brasil em uma geração".

Associated Press A agência americana publicou que a operação da Polícia Federal também ordenou o congelamento de bens no valor de R\$ 22 bilhões. A

reportagem destacou que, na decisão, o ministro do STF André Mendonça apontou indícios de crimes contra os sistemas financeiro e judiciário, além de possível participação em organização criminosa e práticas de lavagem de dinheiro.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/06/all.pdf>

Operação com alvo em AL investiga venda de dados de ministros do STF

A Polícia Federal deflagrou ontem a Operação Dataleaks, que tem como alvo uma organização criminosa suspeita de obter, adulterar e comercializar ilegalmente dados pessoais e sensíveis extraídos de bases governamentais e privadas. A operação foi realizada nos estados de Alagoas, São Paulo e Tocantins.

As investigações continuam para identificar todos os envolvidos e verificar a dimensão do esquema de vazamento e comercialização de dados.

Ao todo, foram cumpridos quatro mandados de busca e apreensão e cinco de prisão temporária, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal. Parte dessas medidas ocorreu em território alagoano, onde equipes da PF atuaram para localizar suspeitos e coletar provas que possam ajudar a esclarecer a atuação do grupo.

Segundo a investigação, os integrantes da organização seriam responsáveis por acessar indevidamente sistemas e plataformas oficiais, obtendo informações sigilosas que posteriormente eram alteradas e comercializadas no mercado clandestino. Os dados também teriam sido disseminados ilegalmente.

As apurações tiveram início após a identificação de uma base de dados clandestina abastecida por acessos irregulares a sistemas governamentais. Esse banco de informações reunia, entre outros registros, dados pessoais de ministros do STF, o que levou o caso à supervisão direta da Corte.

De acordo com a Polícia Federal, os investigados poderão responder por organização criminosa, invasão de dispositivo informático, furto qualificado mediante fraude, corrupção de dados e lavagem de dinheiro.

A investigação também busca dimensionar a extensão do vazamento e identificar possíveis conexões com outros esquemas de obtenção e venda ilegal de informações sensíveis.

Em uma investigação paralela, a PF já havia cumprido mandados de busca e apreensão contra **servidores públicos** suspeitos de envolvimento em vazamentos de dados da **Receita Federal**. As diligências ocorreram a partir de pedido da Procuradoria-Geral da República e autorização do ministro Alexandre de Moraes. O objetivo é apurar se houve quebra ilegal de sigilo de ministros do Supremo e de familiares, sem autorização judicial.

"Estratégia de guerra" no DF

» **MILA FERREIRA**

Mensagens no celular de Daniel Vorcaro confirmam o que ele já havia afirmado em depoimento: o banqueiro teve encontros com o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, durante as negociações entre o Master e o Banco de Brasília.

Em conversa com a influencer Martha Graeff, Vorcaro afirma que tratou com o chefe do Governo do Distrito Federal, controlador do BRB.

"Tô em Brasília com o governador.

Estamos aqui combinando estratégia de guerra", escreveu Vorcaro à namorada. A partir de segunda, iremos para o ataque", prosseguiu.

As conversas entre o banqueiro e a influencer constam nos documentos analisados pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do **INSS** no Congresso Nacional.

Vorcaro escreveu a mensagem em 29 de agosto de 2025, às 21h16.

Ao mencionar uma "estratégia de guerra", Vorcaro fazia referência ao intrincado processo de venda do Master pelo BRB, em meio a meio a muita desconfiança sobre a qualidade dos ativos do banco de Vorcaro.

Em 28 de março de 2025, o BRB anunciou, em **comunicado**, compra de 58% do capital total do Master, além de 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais.

Em 3 de setembro de 2025, cinco dias após a mensagem de Vorcaro à namorada, o Banco Central rejeitou a compra do Master pelo BRB. A informação foi divulgada pela instituição brasileira, por meio de fato relevante.

Em dezembro do ano passado, Daniel Vorcaro já havia mencionado encontros com Ibaneis Rocha.

Em depoimento à Polícia Federal, disse que conversou "em algumas poucas oportunidades" com o chefe do Buriti. Relatou ainda que recebeu Ibaneis em sua casa em Brasília, para "conversas institucionais".

"Pontuais e rápidos" Ontem, após a divulgação das conversas entre Vorcaro e a ex-namorada, o

governador do DF disse ao Correio que os encontros com o banqueiro foram "pontuais e rápidos".

"Nunca tratei de estratégia nenhuma, até porque de banco e de mercado financeiro eu não entendo nada", alegou o governador.

Ibaneis afirmou ainda que só deu apoio político à operação de compra do Master pelo Banco de Brasília (BRB) porque foi convencido por Paulo Henrique Costa, ex-presidente do banco. "O Paulo Henrique tinha demonstrado, ao longo dos anos, ser um grande executivo e que a operação era favorável ao BRB, colocando o banco como o sexto do país", contou.

Transparência Internacional reage

A Transparência Internacional Brasil publicou nota afirmando que o escândalo do Master, que expôs as ligações de Daniel Vorcaro com autoridades e figuras políticas brasileiras, é um alerta de que "lideranças de organizações criminosas violentas infiltraram-se nas mais altas esferas do Estado".

A entidade alerta que as organizações criminosas estão "operando negócios obscuros até mesmo dentro do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal".

Segundo destacou, o "crime organizado domina territórios pelo poder bélico, mas captura o Estado pelo poder financeiro e pela corrupção". "O aliciamento de autoridades ocorre por meio de contratos superfaturados e sem lastro, convites e favores luxuosos, financiamento ilícito de campanhas e outras formas, mais ou menos explícitas, de suborno e influência indevida", escreveu.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/06/all.pdf>

Viana desconfia de "queima de arquivo"

LETÍCIA CORRÊA

O senador Carlos Viana (Podemos- MG), presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquério (CPMI) do **INSS**, oficiou, ontem, o diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, para que esclareça as circunstâncias da tentativa de suicídio de Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, na quarta-feira. Apelidado de "Sicário" no grupo de WhatsApp coordenado por Daniel Vorcaro, Mourão atentou contra a própria vida nas dependências da Polícia Federal, em Belo Horizonte (MG), enquanto aguardava para a audiência de custódia.

Viana suspeita de que, ao contrário do suicídio, como apontado pela Polícia Federal, o episódio tenha configurado uma tentativa de "queima de arquivo". O parlamentar cobrou investigações do caso.

"Diante das informações já reveladas nas investigações, inclusive mensagens que apontam ameaças contra jornalistas e autoridades, não se pode descartar nenhuma hipótese, neste momento, nem mesmo a possibilidade de que estejamos diante de uma eventual queima de arquivo", escreveu na rede social X.

Na postagem, o senador alega que as investigações relacionadas ao Banco Master estão relacionadas ao escopo do CPMI do **INSS**, o que justificaria o questionamento junto à Polícia Federal.

Na avaliação de Viana, um indivíduo sob custódia do Estado e que continha informações relevantes sobre um dos maiores escândalos financeiros e políticos do país morrer dentro de uma instalação pública sem explicações claras e imediatas é "extremamente grave" e não pode acontecer.

"A sociedade brasileira precisa saber exatamente o que aconteceu dentro de uma unidade da Polícia Federal. Por isso, exigimos uma investigação rigorosa, transparente e acompanhada de perto pelas autoridades competentes, para que toda a verdade venha à tona", declarou.

De acordo com o post divulgado pelo parlamentar, foram oficiados a prestar esclarecimentos à CPMI do **INSS** o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, pelas justificativas citadas.

Inquérito Antes mesmo de Viana protocolar o Ofício, a

Polícia Federal informou que instaurou inquérito para investigar o suicídio de Mourão. Ele chegou a receber atendimento e foi levado ao hospital, onde, até o fechamento desta edição, permanecia internado em estado grave.

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, afirmou ao portal G1 que "toda a ação dele e o atendimento pelos policiais estão filmados sem pontos cegos".

O ocorrido foi **comunicado** pela Polícia Federal ao gabinete do ministro André Mendonça, relator do caso Master no Supremo Tribunal Federal (STF). Todos os registros em vídeo que mostram o caso devem ser entregues à Corte.

Mourão foi preso pela Polícia Federal na quarta-feira, no âmbito da terceira fase da Operação Compliance Zero.

Segundo nota publicada pela PF de Minas Gerais, "ao tomarem conhecimento da situação, policiais federais que estavam no local prestaram socorro imediato, iniciando procedimentos de reanimação e acionando o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu)".

De acordo com fontes da Polícia Federal, Luiz Phillipi Machado Mourão teria se enforcado usando a própria camiseta. Ele foi inicialmente reanimado por cerca de 30 minutos pelo Grupo de Pronto Intervenção da PF/MG (GPI) e levado ao hospital com a chegada da equipe médica do Samu.

Segundo a PF, no grupo ligado à milícia de Daniel Vorcaro, o "Sicário" era considerado o braço direito do banqueiro e responsável pela obtenção de informações sigilosas, monitoramento de adversários e neutralização de situações consideradas sensíveis aos interesses de Vorcaro. (Com agências) *Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/06/all.pdf>

Dino suspende quebra de sigilo da CPMI

O ministro do STF Flávio Dino suspendeu ontem a quebra dos sigilos bancário e fiscal de todos os listados pela CPI mista do **INSS**, incluindo de Lulinha. A medida estende a decisão expedida favorável à empresária Roberta Moreira Luchsinger, assinada na quarta-feira.

De acordo com o ministro, ainda, caso a CPI entenda ser o caso, pode deliberar novamente sobre o tema em relação a todos os alcançados.

Ainda, o relator afirma que a medida não afeta as investigações conduzidas pela Polícia Federal.

"Por óbvio, esclareço que a decisão de ontem [quarta] e a presente decisão não têm qualquer relação e não invalidam quebras de sigilo efetuadas na investigação da Polícia Federal, sob a supervisão do STF, em procedimentos próprios", disse o relator.

Com a decisão, o ministro considerou todas as petições que pediram extensão do entendimento dado no pedido da empresária prejudicadas.

A comissão aprovou 87 requerimentos em 26 de fevereiro. As defesas questionaram a forma definida para a votação, feita em bloco. Na liminar de quarta, Dino disse que "não é cabível o afastamento de direitos constitucionais no atacado".

Ao mesmo tempo

Inicialmente, a avaliação entre advogados era a de que a decisão do ministro, por entender que havia ilegalidade na quebra de sigilo de uma envolvida pelo modo como a sessão da CPI ocorreu, todos os requerimentos deveriam ter sido suspensos ao mesmo tempo.

Depois da divulgação de informações pelo gabinete do relator segundo as quais a decisão foi específica para a empresária, os advogados passaram a produzir e protocolar os pedidos de extensão para os respectivos clientes.

Além da defesa de Lulinha, ao menos as defesas do lobista Márcio Alaor, do economista e ex-CEO do Banco Master Augusto Ferreira Lima, da empresária e presidente do Palmeiras Leila Pereira, e da holding PKL One Participações, detentora do Credcesta, também pediram que Dino barre as quebras de sigilo contra eles.

Nessa quinta, Dino afirmou que diferenciar as situações de citados pela CPI para as quebras geraria insegurança jurídica e "intermináveis debates tanto na seara administrativa (no Banco Central e na **Receita Federal**), quanto na judiciária".

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

Mercado de trabalho aquecido - CELSO MING

CELSO MING JORNALISTA E COMENTARISTA DE ECONOMIA

A economia brasileira vive um momento que pode ser considerado muito próximo do pleno emprego, situação que tem lá suas consequências, positivas e negativas.

Os levantamentos da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílio - Contínua) apontou, no trimestre terminado em janeiro, um índice de desemprego que atingiu 5,4% da população ativa, alguma coisa mais alto do que em dezembro, temporada de mais contratação de mão de obra em consequência do aumento do comércio de Natal, quando estava nos 5,1%.

Doze meses antes: em janeiro de 2025, o índice de desemprego estava em 6,5%. Ou seja, no período, o mercado de trabalho ficou bem mais aquecido, o que vai empurrando a renda média para níveis acima da inflação, da ordem de 5,4%.

Enquanto isso, o trabalho informal, não garantido por contrato com o empregador nem por meio de mecanismos de microempreendimento, continua alto no Brasil, da ordem de 37,5%, situação que agrava a condição financeira da Previdência Social, porque achata a arrecadação.

A situação de quase pleno emprego pode ser caracterizada quando importantes setores da economia enfrentam escassez de mão de obra. É, por exemplo, o que acontece na construção civil. Em São Paulo, empreiteiras e construtoras vêm montando esquemas de caça à mão de obra, até mesmo às de baixa qualificação, em canteiros de empresas concorrentes, de maneira a garantir pessoal necessário para o cumprimento de cronogramas de serviço.

Essa relativa diluição da oferta de mão de obra pode ser explicada por fatores recorrentes.

O primeiro deles é a mais generosa transferência de recursos do Tesouro para as populações de baixa renda. Vem sendo feita não só por meio do Bolsa Família mas, também, por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que proporciona um salário mínimo por mês para idosos pobres e pessoas

com deficiência física. É um meio de sustento que tende a reduzir a procura de emprego por familiares desses beneficiários.

Outro fator de redução do desemprego é a maior utilização dos aplicativos que vêm facilitando a ocupação por conta própria e a abertura de MEIs (Microempreendedores Individuais) por parte de profissionais autônomos.

O mercado de trabalho aquecido, acompanhado de aumento real da renda, é uma das condições que têm levado o Banco Central a manter os juros básicos (Selic) nas alturas dos 15% ao ano, de maneira a atacar focos de inflação de demanda por meio do encarecimento do crédito.

Se, por motivações preponderantemente eleitorais, conseguir arrancar do Congresso a aprovação de Projeto de Emenda à Constituição que reduz a jornada de trabalho, o governo federal estará contribuindo para aquecer ainda mais o mercado de trabalho. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relação de banqueiro com Ciro e Rueda reforça elos políticos e gera apreensão no Congresso

LUÍSA MARZULLO, LETÍCIA PILLE, LAURIBERTO POMPEU E CAMILA TURTELLI

A revelação do conteúdo das mensagens do celular do banqueiro Daniel Vorcaro aumentou a apreensão no Congresso com a investigação sobre o Banco Master pelo potencial de danos políticos a parlamentares. A primeira leva divulgada já expôs novos detalhes da relação do banqueiro com o senador Ciro Nogueira, presidente do PP, e Antonio Rueda, presidente do União, o que foi interpretado por congressistas como uma pequena prévia do que ainda pode surgir. As preocupações estão centradas em duas frentes: com a relatoria do ministro André Mendonça no Supremo Tribunal Federal (STF), visto como alguém com menos trânsito político que o antecessor na função, Dias Toffoli; e com o aumento da pressão, que inclui a oposição e nomes do governo, por uma CPI dedicada ao assunto, movimento que os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tentam conter.

Nos corredores da Câmara e do Senado, deputados e senadores afirmam que ainda não está claro o alcance do conteúdo das conversas apreendidas, o que alimenta a percepção de que novos trechos podem atingir diferentes atores políticos e provocar novos desdobramentos no Congresso.

Perguntado sobre o assunto ontem na saída de um evento, Motta preferiu não comentar. Congressistas relatam que Alcolumbre vem sendo pressionado por parte da classe política a não convocar uma sessão do Congresso Nacional, etapa necessária para a leitura do requerimento e para o início formal da CPI que seria exclusiva mente dedicada ao Master.

Sem essa sessão, o pedido permanece parado. Quem já teve o nome envolvido foi Ciro Nogueira, que é próximo a Motta e mantém interlocução frequente com Alcolumbre. O nome de Ciro passou a chamar ainda mais atenção após aparecer em mensagens de Vorcaro. Em conversas com a namorada, o banqueiro se refere ao senador como um "grande amigo".

Além disso, documentos obtidos a partir da quebra de sigilo telemático do empresário indicam que uma

empresa ligada a Vorcaro chegou a reservar um helicóptero para transportar Ciro e Rueda, após os dois participarem do Grande Prêmio de São Paulo de Fórmula 1. Ciro nega ter usado a aeronave e diz que saiu do local de van.

Segundo aliados, Motta passou ontem à tarde na residência oficial da Presidência da Câmara em conversas individuais com líderes partidários.

- Os documentos podem abalar a República - afirmou o deputado Ricardo Ayres (Republicanos-TO).

Em caráter reservado, um integrante da Mesa da Câmara descreveu o ambiente político em torno do caso como "horroroso" e afirmou que a pressão sobre Alcolumbre aumentou nos últimos dias.

Segundo esse parlamentar, o presidente do Senado estaria sendo cobrado não apenas a evitar a instalação da CPI do Banco Master, mas também a reduzir o ritmo de outras investigações em andamento.

A avaliação nesse grupo é que a cúpula do Congresso tenta administrar a crise sem permitir que o episódio paralise a agenda legislativa.

- No dia seguinte ao vazamento (das mensagens de Vorcaro a políticos), cancelam a sessão da CPI. Acho que é um sinal - afirma o deputado Rogerio Correia (PT-MG), integrante da CPI do **INSS**.

Um dos trechos também criou incômodo a governistas. Em diálogo com sua então namorada, Vorcaro classificou como "ótimo" o encontro com Lula e ministros no Palácio do Planalto em 2024 (leia mais abaixo).

Diante da resistência do presidente do Senado em relação a uma nova investigação, parlamentares passaram a avaliar outras alternativas, que passam pelas CPIs do **INSS** e do Crime Organizado. É o que defende o senador Izalci Lucas (PL-DF).

- A CPI do **INSS** vai seguir insistindo nas quebras de sigilo e convocação dos executivos, mas precisamos ver se Vorcaro virá aqui para dizer a verdade. Se fosse

delação, iria para a Polícia Federal. Não acho que Davi vai chamar sessão do Congresso para ler a ata da CPI. A única forma são as outras comissões -disse.

A avaliação é compartilhada por parte da oposição, que discute a possibilidade de ampliar o escopo de investigações já em andamento.

- Vercaro é um gangster. Sujeito perigoso. A CPI do crime organizado pode apurar até que sejam instaladas as demais - afirmou o senador Sergio Moro (União-PR).

Três líderes disseram ao GLOBO que existe a percepção de que os trechos divulgados estariam surgindo de forma seletiva e, até agora, não atingiriam diretamente integrantes do governo. Apesar dessa avaliação, a CPI do **INSS** recebeu o extrato bancário do filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo conteúdo virou público

As mensagens mostram que há um potencial de desgaste em amplo espectro político. Em um diálogo com o banqueiro, por exemplo, o ex-governador de São Paulo João Doria afirma estar "preocupado" com a situação de Vercaro e do Banco Master. Doria sugere então que ele "reaja" a "coisas" sobre as quais ouviu e que envolveriam seu nome.

A troca de Toffoli por Mendonça na relatoria do caso no STF também gera apreensão. Integrantes de partidos do Centrão afirmam que, enquanto Toffoli era visto como um ministro com forte trânsito no meio político, sua saída reduziu entre parlamentares a expectativa de que a investigação pudesse ter limites claros em relação à classe.

Com Mendonça na relatoria, a avaliação é que cresce a sensação de imprevisibilidade sobre as apurações, o que tem levado lideranças partidárias a acompanhar o caso com mais cautela. Toffoli é apontado por senadores como um ministro com interlocução mais ampla, incluindo lideranças do Centrão e integrantes da base governista e da oposição.

Mendonça, por sua vez, é descrito como um ministro mais reservado e com circulação mais limitada entre parlamentares.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>